

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, POLÍTICA, CIDADANIA E CONSUMO

Vidal Dias da Mota Junior

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas
Professor da Uniso – Universidade de Sorocaba
vidal.mota@prof.uniso.br

Resumo

Este artigo tem como finalidade apresentar o debate sobre a relação entre Educação Ambiental, política, consumo e cidadania. Para isso, buscou-se levantar os principais autores que discutem esses temas para se analisar quais as discussões desses conceitos na construção da Educação Ambiental com perspectiva crítica e transformadora.

Palavras-chave: Educação ambiental; política; consumo; cidadania.

Abstract

This paper presents the debate on the relation between Environmental Education, politics, consumption and citizenship. It analyses the ideas from the main authors who discussed these concepts in the construction of an Environmental Education with critical and transforming perspective.

Keywords: Environmental education; politics; consumption; citizenship.

Introdução

Definida e recomendada mundial e nacionalmente pelos órgãos competentes oficiais e da sociedade civil, a Educação Ambiental (EA) tem se inserido na sociedade por meio de programas e/ou projetos desenvolvidos na escola e outros espaços que educam o cidadão mediante ações implantadas pelos educadores, programas desenvolvidos por empresas, universidades, organizações não governamentais (ONGs) e instituições ligadas ao poder público seja na esfera municipal, estadual ou federal, ou ainda, de forma menos percebida, através da organização de grupos ou



comunidades.

A evolução do conceito de Educação Ambiental esteve diretamente relacionada à evolução do conceito de meio ambiente e ao modo como este era percebido. Entretanto, o conceito de meio ambiente, reduzido exclusivamente a seus aspectos naturais, não permitia apreciar as interdependências nem a contribuição das ciências sociais e outras ciências à compreensão e melhoria do ambiente humano.

Segundo o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA, 1997) – a EA é um processo de formação e informação, orientado para o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais e de atividades que levem a participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental.

Em 1997, por ocasião da Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade (Unesco – Tessalônica, Grécia), definiu-se a educação ambiental como um meio de trazer mudanças de comportamentos e estilos de vida, para disseminar conhecimentos e desenvolver habilidades na preparação do público, para suportar mudanças rumo a sustentabilidade oriundas de outros setores da sociedade.

Portanto, a Educação Ambiental é um processo que consiste em propiciar às pessoas uma compreensão crítica e global do ambiente. Compreensão esta que possibilita ao sujeito elucidar valores e desenvolver atitudes que lhe permita adotar uma posição consciente e participativa a respeito das questões relacionadas com a conservação, bem como a apresentar adequada utilização dos recursos naturais para a melhoria da qualidade de vida e a eliminação da pobreza extrema e consumismo desenfreado.

Mas como fazer isso num contexto marcado pelas conseqüências dos ajustes estruturais do neoliberalismo, do individualismo e da crise da política, numa realidade em que a Educação está cada vez mais focada no desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para as necessidades do mercado e do desenvolvimento econômico e que os métodos de avaliação enfatizam cada vez mais os aspectos qualitativos em detrimento dos quantitativos?

Este artigo, não pretende responder esta questão. Mas problematizar alguns temas recorrentes na educação ambiental como política, cidadania e consumo. Em primeiro lugar será apresentado o campo da educação ambiental mostrando que ele é polissêmico, marcado por conflitos e contradições.



As concepções de Educação Ambiental

Pelo menos, desde a metade da década de 1970, o processo de degradação ficou mais evidente pela consolidação do modelo urbano-industrial concentrador de renda. A omissão do Estado e uma sociedade civil com pouca tradição em organizações coletivas, devidas, principalmente, à cultura autoritária, predominante no Brasil, contribuíram para o agravamento da qualidade de vida no país.

No entanto, vários esforços são feitos para a resolução desses problemas. A partir da década de 1980 as políticas públicas em meio ambiente foram mais intensas, mas não menos contraditórias ou problemáticas. Somente a partir da década de 1990, principalmente por influência da Eco-92, é que o Brasil vivenciou um “boom” ambientalista, tanto nas políticas públicas quanto nas organizações da sociedade civil. Nesse aspecto houve a proliferação de diversas matérias, metodologias, práticas e teorias sobre a Educação Ambiental.

Desde então, o Brasil tem apresentado diversas experiências bem sucedidas em educação ambiental. O país possui legislação sobre o tema e incorpora essa educação nos parâmetros curriculares nacionais (PCNs). Além disso, a educação ambiental tem sido cada vez mais implementada nas organizações sociais.

Todavia, conforme Pedrini (1998) ainda falta investimento, formação de pessoas, integração, continuidade e inovações nas formas como ela tem sido implementada, tanto pelos governos quanto pelas instituições privadas.

Atualmente, a Educação Ambiental vive um momento histórico. Em 2005 começou a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014). Sob coordenação da Unesco, essa iniciativa da ONU, procura estabelecer um grande plano internacional de implementação tendo como referência os preceitos da Agenda 21, em seu capítulo 36. Assim os governos são chamados a aderir às medidas necessárias para a aplicação do que propõe à década em seus planos e estratégias educativas.

Mas, até o momento, o histórico do processo de aplicação não tem sido fácil. Sabe-se que existe hoje uma crise sócio-ambiental nunca experimentada na história, isso até permite algum consenso sobre certas causas primárias da crise ambiental, porém o mesmo não se pode afirmar sobre as interpretações concernentes à origem e possíveis respostas ao problema.

A questão ambiental e, conseqüentemente, a educação ambiental, no momento



é marcada por uma grande diferenciação das perspectivas básicas predominantes no pensamento contemporâneo. Dentre elas, uma perspectiva presente e hoje hegemônica no ambientalismo é o antropocentrismo.

Conforme Lima (1996), o antropocentrismo pode ser definido como a tendência ético-filosófica que percebe o ser humano como centro e senhor da existência, num sentido em que todo o resto dos seres e processos orgânicos e inorgânicos adquirem valor comparativamente ao homem e à utilidade que possam lhe proporcionar.

Além dessa perspectiva centrada no ser humano, existe o biocentrismo que, contrariamente, nega o antropocentrismo e defende uma relação igualitária entre os seres e um valor intrínseco à natureza, desvinculado de conotações utilitárias.

Cada uma dessas tendências possui derivações internas. No antropocentrismo é evidente e hegemônica a posição ecocapitalista que se caracteriza por reunir princípios antropocêntricos e individualistas. Representa, portanto, a posição econômica e politicamente dominante dentro do ambientalismo global. Reconhece a questão ambiental como um subproduto indesejável do progresso, mas perfeitamente ajustável dentro da ordem capitalista que dispensa quaisquer mudanças mais profundas (Lima, 1996).

Outras manifestações antropocêntricas são o tecnocentrismo, ou ecotecnicismo, espécie de ambientalismo otimista e acomodado que acredita na superação da crise ambiental através do desenvolvimento científico-tecnológico.

No entanto, na perspectiva antropocêntrica existe uma segunda posição, mais próxima à ecologia social, que reúne características antropocêntricas e coletivistas. São críticos do "*status quo*" e pensam que os grandes responsáveis pela crise ambiental é o capitalismo industrial e os elementos dele decorrentes, ou mesmo inerentes, como a desigualdade social e política, a razão instrumental, a ética individualista e o gigantismo das soluções econômicas e tecnológicas.

Nessa perspectiva, são favoráveis a uma sociedade democrática descentralizada e a princípios de propriedade comunal. Seus principais mentores são Murray Bookchin, Felix Guattari, Rudolf Bahro e Jonathan Porritt entre outros.

Diferente da ecologia social, de tendências anarquistas, o ecossocialismo também se orienta por princípios antropocêntricos e comunitários e forma uma tendência diferenciada, embora dividam o mesmo tronco comum.

Com presença marcante no debate ambiental, os ecossocialistas ou



ecomarxistas centram sua crítica e a essência de seu diagnóstico da crise ambiental na racionalidade capitalista e em seus pilares de sustentação como: o processo de acumulação crescente de capital, a exploração do trabalho e a mais-valia na alienação do trabalho, na maximização do lucro e no consumismo exacerbado, que julgam incompatíveis com a lógica ecológica.

Assim, se assemelham aos anarquistas na crítica ao capitalismo e se diferenciam por defenderem o socialismo e por verem nele as grandes respostas aos problemas sócio-ambientais.

"A lógica ecológica é a negação pura e simples da lógica capitalista; não se pode salvar a terra dentro do quadro do capitalismo. Não se trata de converter a abominação em beleza, de esconder a miséria, de desodorizar o mau cheiro, de florir as prisões, os bancos, às fábricas, não se trata de purificar a sociedade existente, mas de substituí-la". (Marcuse, 1962 apud Lima, 1996)

No que tange à perspectiva biocêntrica é possível afirmar que ela também é marcada por diferentes perspectivas de compreensão e de resolução dos problemas ambientais.

Existe a tendência individualista a qual defende a igualdade de todas as espécies dentro da comunidade biótica, e defende uma nova ética que substitua os valores antropocêntricos. Essa visão dispensa pouca atenção às questões sociais e políticas, sendo mais tendente a uma visão espiritualista, em que a natureza assume uma importância central. Os individualista são também conhecidos como fundamentalistas ou "*deep ecology*" (ecologia profunda) devido ao radicalismo de suas posições e pelo combate a outras correntes ambientalistas que consideram superficiais.

Entre os representantes mais conhecidos desta tendência destacam-se: E. F. Schumacher, James Lovelock, Arne Naess, Warwick Fox e Aldo Leopold.

Há também a perspectiva biocêntrica com preocupações comunitárias. Ela é caracterizada pela Crítica ao antropocentrismo, mas expressa preocupações sociais, políticas e relacionadas aos problemas do terceiro mundo.

Têm também forte inclinação espiritualista e questionamentos ético-filosóficos, inclusive diferenciando-se das categorias anteriores, por sua crítica aos limites das explicações e respostas científicas, e por procurar um novo paradigma que integre ciência e religião; razão e emoção; materialidade e espiritualidade.



Ademais, coloca-se na contramão do paradigma técnico-científico e reivindica o caráter sagrado de todos os seres, assim como a preservação de indivíduos e ecossistemas. Entre os autores biocêntricos coletivistas perfilam autores como Fritjof Capra, Allan Watts, Leonardo Boff e Nancy Mangabeira Unger.

Contudo, apesar de menos expressivas hoje, têm significação histórica e sobrevida residual no interior das outras categorias mencionadas o alternativismo, o neomalthusianismo e o zerismo.

Além dessas vertentes que têm exercido influências na Educação Ambiental verifica-se, atualmente, uma nova conceituação: a da Educação para a sustentabilidade.

Os germes do discurso da sustentabilidade podem ser identificados em falas e contextos históricos remotos. As expressões mais recentes podem ser observadas nos princípios da década de 1970 – nasceu dos movimentos sociais em defesa da ecologia que eclodiram ao redor do mundo. As noções mais explícitas de Desenvolvimento Sustentável surgiram com o economista Ignacy Sachs – com o conceito de Ecodesenvolvimento.

Sachs (1973) propunha uma estratégia multidimensional que articulava, principalmente, meios para superar a marginalização e as formas de dependência das populações envolvidas no processo de mudança social.

A Comissão Brundtland, 1987, com o conceito de Desenvolvimento Sustentável, ressaltava uma ênfase econômica e tecnológica e uma tônica conciliadora, mais despolitizada. Surge um conceito capaz de ecologizar a economia.

Logo, a visão mais elaborada do Desenvolvimento Sustentável – a Modernização Ecológica – se constitui, hoje como o discurso de maior aceitação internacional entre os países e corporações de vanguarda do ecocapitalismo.

Configura-se como uma proposta de reestruturação da economia política do capitalismo que se esforça em demonstrar a compatibilidade entre crescimento econômico e proteção ambiental, e a possibilidade de enfrentar a crise ambiental dentro dos marcos do capitalismo.

Na Carta de Belgrado de 1975, um dos principais documentos da Educação Ambiental os princípios eram:

“Desenvolver um cidadão consciente do ambiente total, preocupado com os



problemas associados a esse ambiente e que tenha o conhecimento, as atitudes, motivações, envolvimento e habilidades para trabalhar individual e coletivamente em busca de soluções para resolver os problemas atuais e prevenir os futuros.”

A Conferência Internacional de Tessalônica, Grécia, em 1997, teve como tema "Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade" e visava consolidar o conceito e as mensagens da educação para a sustentabilidade (UNESCO, 1999).

Primeiramente, observa-se na educação para a sustentabilidade uma tendência a destacar a necessidade de mudanças de atitudes e comportamentos individuais em detrimento de mudanças que envolvem processos políticos e econômicos.

Conforme Lima (2003), no documento da UNESCO, os problemas sócio-ambientais aparecem mais relacionados à esfera privada que à esfera pública, e supõem uma desresponsabilização dos agentes coletivos públicos e privados, como por exemplo, o Estado e as corporações globais.

O texto aposta na importância da tecnologia como meio de superar os problemas ambientais, mas não problematiza os limites desse potencial. Isto é, embora a tecnologia possa contribuir com a preservação, ela não é uma panacéia e nem atua isoladamente sem o concurso de outras mudanças econômicas, políticas e culturais.

O texto também não discute, entre outros aspectos, o risco e o descontrole envolvidos na produção e uso das modernas tecnologias, nem a concentração de poder que recai sobre os especialistas e a comunidade científica, nem a dependência tecnológica entre países pobres e ricos.

Percebe-se que proposta de educação para a sustentabilidade, desenvolvida sob o signo do mercado, promete muito e realiza pouco. Pretende formular respostas aos limites paradigmáticos da educação ambiental analisada sem apresentar vias efetivas de mudança que ultrapassem os limites da conformidade.

Colocada desta maneira tão ambígua, a proposta serve para conciliar conflitos, camuflar contradições e dissolver a diversidade do campo, não para estimular mudanças qualitativas na prática educacional (Lima, 2003).

Esse "conservadorismo dinâmico", que realiza mudanças superficiais para garantir que o essencial seja conservado, representa talvez o maior obstáculo à concepção e implementação de uma proposta complexa e transformadora de sustentabilidade. No entanto, uma educação crítica e integradora pode ajudar a



superar tal obstáculo.

A EA é fundamentalmente uma educação para a resolução de problemas, a partir de bases filosóficas do holismo, da sustentabilidade e do aprimoramento. Não substitui ou ultrapassa as disciplinas acadêmicas: precisa e aplica todas elas.

Hoje destacam-se as abordagens que sobressaem aos efeitos mais aparentes dos problemas ambientais e desprezavam suas causas mais profundas; abordagens individualistas e, nas perspectivas que convergem toda ênfase da prática educativa sobre os problemas relacionados ao consumo deixando de lado os problemas ligados à esfera da produção (Lima, 2003).

O determinismo ecológico tende a reduzir a questão ambiental, a um problema estritamente ecológico, sem incorporar as demais dimensões sociais, éticas, políticas e culturais que atravessam e condicionam o fenômeno ambiental.

O tecnicismo destaca e prioriza os aspectos técnicos da questão ambiental, encontrando nessa dimensão tecnocientífica as explicações e soluções aos problemas ambientais.

As abordagens individualistas e comportamentalistas expressam parcialidade quando restringem a compreensão dos problemas socioambientais, e de suas respostas à “ignorância humana”, sobre a dinâmica dos ecossistemas e comportamentos/atitudes individuais ecologicamente incorretas que contribuem para a degradação.

Esses apelos individualizantes, associados à esfera privada, deixam de lado toda a dimensão pública e política inerente à gênese dos problemas ambientais.

Nas perspectivas que priorizam os problemas da esfera do consumo, tais como o destino do lixo, economia de energia, reciclagem, aos problemas de produção, o reducionismo está no fato de desconsiderarem a importância estratégica da esfera da produção, ponto de origem de todo processo industrial em que se decide o que, quanto e como produzir.

Verifica-se assim, uma seqüência de explicações dicotômicas que tendem a separar: a explicação técnica da explicação política; a visão ecológica da visão social; a abordagem individualista de uma abordagem coletivista; a percepção dos efeitos das percepções das causas, expressões que não respondem à complexidade do problema.



Essa visão parcial e reducionista da realidade tende a favorecer uma compreensão despolitizada e alienada dos problemas ambientais na medida em que oculta seus motivos políticos e a inevitável conexão entre múltiplas dimensões. “A crise ambiental é, portanto, muito mais uma crise de uma sociedade do que uma crise de gerenciamento da natureza [...]” (Brugger, 1994, 27 apud Lima, 2003).

Logo, diante desse quadro, percebe-se que existem vários modelos e perspectivas, em vigência, sobre meio ambiente e educação e que nisso há a hegemonia do antropocentrismo individualista caracterizado pelo capitalismo neoliberal e a crença inquestionável das vantagens e benefícios dos instrumentos econômicos e tecnológicos.

No entanto, percebe-se que nesse modelo a educação ambiental ocupa-se mais com as conseqüências do que com as causas dos problemas ambientais. E nesse sentido é importante retomar as palavras de Reigota (2001) o qual diz que a Educação Ambiental deve ser encarada como educação política, pois ela não está diretamente preocupada com a preservação de determinadas espécies de animais e plantas, apesar disso ser extremamente importante. Para esse autor, a Educação Ambiental deve ser entendida com educação política, pois ela prepara o cidadão para exigir cidadania, justiça social e ética nas relações sociais.

A educação ambiental, centrada na realidade brasileira, possui desafios ainda maiores que superar as diversas correntes teóricas/ideológicas e encontrar um caminho que dê conta da complexidade da realidade brasileira.

Primeiro, a Educação Ambiental precisa encarar as questões da gritante desigualdade social, que conforme Freyre (1987) possui raízes no passado colonial, agro exportador e escravocrata; precisa encarar o dilema da cultura política pautada no clientelismo, no fisiologismo, no patrimonialismo e em outras práticas presentes na ação do Estado e das políticas públicas como mostra Holanda (1995); outro aspecto é o modelo econômico subordinado aos interesses do capital internacional o que configura as possibilidades de consolidação de uma nação com um projeto autônomo de desenvolvimento praticamente impossível (Prado Junior, 1996; Furtado, 2000).

A Questão da Política e da Cidadania

No Brasil, muito se vincula a Educação Ambiental como educação política. Ou seja, os educadores brasileiros foram, em grande parte, influenciados pelas teorias críticas voltas para a transformação da realidade social. Essa concepção busca a



formação de um cidadão crítico, que reivindique justiça social e ética nas relações sociais e dessas com a natureza.

Reigota (2001) é um desses autores com essa concepção. A Educação ambiental deve estar focada na promoção da cidadania.

No entanto, o conceito de cidadania é extremamente polêmico. Conforme Gaudiano (2005) essa concepção foi abandonada e retomada em várias ocasiões e, nos anos recentes foi novamente incorporada pela linguagem sociológica e política, sempre que na atualidade pretende incorporar exigências de justiça e de pertença comunitária

Conforme Bottomore e Outhwaite (1996) as idéias de cidadania floresceram em diversos períodos históricos – na Grécia e na Roma antigas, nos burgos da Europa Medieval, nas cidades do renascimento. Entretanto, a cidadania moderna, embora influenciada por essas concepções antigas, possui um caráter próprio. Afirmam os autores acima, primeiro, a cidadania formal é hoje quase universalmente definida como a condição de membro de um estado-nação. Em segundo lugar, porém a cidadania substantiva, definida como posse de um corpo de direitos civis, políticos e especialmente sociais, tem-se tornado cada vez mais importante.

O desenvolvimento da cidadania substantiva foi analisado por T. H. Marshall em 1950, que descrevia um desenrolar da extensão dos direitos civis, políticos e sociais para toda a população de uma nação, principalmente, pautado na experiência da Europa Ocidental com as políticas do *welfare state*. – que estabeleceu as maiores mudanças, estabelecendo princípios mais coletivistas e igualitários, e política que contrabalançavam, em certa medida, as tendências não igualitárias do sistema capitalista.

Todavia, o *welfare state* vive uma crise que se arrasta desde a década de 1970. O modelo europeu de promoção da cidadania, devido às novas configurações do sistema de mercado tem se mostrado cada vez mais débil e insuficiente para a promoção de uma sociedade mais justa e equitativa no contexto da globalização impulsionada pelo domínio das reformas pró-mercado baseados nas doutrinas neoliberais.

Isso tudo tem acarretado uma grande mudança na esfera pública, ou seja, na esfera da cidadania. A realidade em que se vive o cidadão tem se afastado cada vez mais do exercício desses valores coletivistas, pois, principalmente na esfera da política



vive-se uma grande crise.

Constata-se, atualmente que se vive no contexto do neoliberalismo um desprezo pela política. O quadro geral é de grande descrença e desilusão.

Devido a essa realidade, autores como Dagnino (1994) enfatiza o surgimento e construção de uma nova cidadania que enfatiza o processo de “tornar-se cidadão”, alargando o âmbito da cidadania para incluir novas formas de sociabilidade. Enquanto que a visão liberal da cidadania privilegia a relação entre o Estado e o indivíduo, a nova cidadania implica transcender esse foco para incluir fortemente a relação entre o Estado e o indivíduo com a sociedade civil, afirmando e reconhecendo os novos direitos.

No entanto, no atual contexto verifica-se uma crise na construção da cidadania, pois os espaços da política estão se tornando cada vez menos interessantes para a atuação das pessoas. Verifica-se uma crise da política, tema que vem sendo explorado por diversos pensadores no decorrer do século XX e deste século que se inicia.

Na atualidade, conforme Nogueira (2001, p. 13) há crise da política é tamanha que faz com nosso mundo anda tão vazio de valores éticos, referências e utopias que parecer estar ruindo o terreno próprio da política:

“Há tanta técnica, tanta ênfase na produtividade e na decisão rápida, pragmática e racional, que o ritmo lento e a natureza mais sanguínea da política se mostram como ineficácia, desperdício e insensatez. Tecnologias sofisticadas, especialistas em imagens frenéticas, arranjos organizacionais que se sucedem sem intervalo, subjetividade que se criam ou se recompõem a cada momento, tudo pressiona a política a se converter numa outra coisa, mais fria, mais especializada, mais distante dos cidadãos.”

A crise da política é o domínio do mercado sobre o Estado, o enfraquecimento das instituições e da cultura da “solidariedade”. É o mergulho numa situação de risco e perigo. Conforme Nogueira (2001), sem a política, “toda a sociedade se precipita em uma luta obscura destituída de objetivos claros e distintos. Os interesses e as paixões são postos em cena sem forma, na sua materialidade brutal, no seu extremismo radical.

A situação objetiva deriva da globalização e da configuração de um novo



patamar tecnológico, aplicável seja ao mundo da produção econômica, seja à produção e difusão de informações. A combinação de informática, *Internet*, grandes redes de comunicação, televisão, e indústria do entretenimento ajuda decisivamente a deslocar a política, convertendo-a num espetáculo dentre outros, banalizando-a e tirando –lhe o eixo e substância. Diante do desafio, a política reflui e acaba capturada por suas próprias contradições, perdendo a eficácia.

Hoje se tem um novo credo, que não é mais a polarização no campo ideológico entre o liberalismo democrático e a do socialismo, por exemplo. Projeta-se um novo credo, centrado no indivíduo aquisitivo, na hipervalorização do mercado e do econômico, no cidadão como consumidor. O jogo das idéias tende a promover o rebaixamento dos valores públicos, a pragmatização da política, a sua conversão em política de interesses, o predomínio quase sufocante de lógicas de poder na competição política. Enfim, este novo credo poderia ser vinculado ao neoliberalismo. O paradoxo é que a política perde fôlego na exata proporção que se espetaculariza, converte-se em show, em algo a ser consumido como um produto qualquer, ou seja, em que vai sendo digerida pelo mundo da mídia eletrônica.

Como escreveu Génèreux (1998), vivemos em um mundo que dá medo. O cidadão confuso, entediado com o roteiro empanturrado de informações que não consegue decifrar, foge da política. O debate não lhes diz respeito, nem os motiva. Votar passa a ser algo tratado com deferência para grande parcela da população. A sensação é de desprestígio da democracia.

Portanto, cada vez mais a concepção de que a educação ambiental é uma educação política torna-se uma ação impregnada de utopia, especialmente, ao observar a nação brasileira que é marcada por uma formação excludente e sucessivos ciclos de desenvolvimentos econômicos que têm sido marcados por grandes desastres ambientais e desigualdade social.

No que se refere ao processo de formação social brasileiro, é desde o começo do século XX que se instala um debate que permanece vivo até hoje no pensamento social brasileiro. Afinal de contas como se forma aqui o, Estado, a Nação e a Cidadania?

Para muitos autores como Vianna, Hollanda, Faoro Prado Junior e outros, a formação da política brasileira, principalmente, no que se refere ao período republicano, está vinculada diretamente a fatores como o clientelismo, o patrimonialismo, o coronelismo, o autoritarismo e o paternalismo, isto é, um sistema



anti-republicano por natureza.

Enfim, quando se fala em Educação Ambiental como uma educação política faz-se necessário uma abordagem mais aprofundada sobre os dilemas que se vivencia no campo da esfera pública e resgatar os conceitos de política no seu real sentido e da construção da cidadania num contexto mais amplo.

A Questão do Consumo

Outra questão apontada por diversos autores em relação aos problemas ambientais é que essa está intrinsecamente ligada à questão do consumo. Para Reigota (2001) o problema ambiental não está no crescimento populacional, mas sim no excessivo consumo e desperdício de uma pequena parcela da humanidade.

Conforme Portilho (2005) a partir da década de 1990 do Século XX intensifica-se a percepção do impacto ambiental dos padrões de consumo, possibilitando a emergência de um novo discurso dentro do ambientalismo internacional. A problemática ambiental começa a ser redefinida, passando a ser identificada, principalmente, com o estilo de vida e os padrões de consumo das sociedades afluentes.

A crise ambiental no seu início era facilmente vinculada com aumento populacional, apontando para os países em desenvolvimento. Hoje a discussão tem mudado mais de foco. Percebe-se que se aponta para a necessidade de mudanças também e principalmente nos países desenvolvidos, particularmente nos seus processos produtivos e tecnológicos. Esta mudança de foco, conforme Portilho (2005), possibilitou o surgimento de uma série de proposições e medidas mais pragmáticas no pensamento ambientalista e na educação ambiental. Os discursos passaram a ser mais conciliatórios, numa tentativa de compatibilizar desenvolvimento econômico e proteção ambiental.

Dessa forma as nações mais ricas obtiveram uma retórica mais aperfeiçoada, colocando as mudanças no técnico e tecnológico das atividades produtivas. Essa perspectiva chamada de Modernização Ecológica cria novas formas de legislação, agências e instituições ambientais, grandes investimentos e políticas voltados para novas tecnologias e técnicas de produção limpa, ecoeficiência e produtos verdes, numa tentativa de reduzir os impactos ambientais do sistema de produção capitalista. Surge o eco-capitalismo, isto é, a integração dos constrangimentos ecológicos à lógica



capitalista. A poluição passou a ser vista como desperdício e os investimentos em meio ambiente como uma nova oportunidade de negócios.

A Educação Ambiental passou a ser vista como instrumento importante para o êxito de instrumentos como ISO 14.000, Gestão da Qualidade Ambiental Total e outros modelos de gestão ambiental. Porém esse modelo hegemônico não discute a iniquidade na distribuição, acesso e gestão dos recursos naturais do planeta, os valores da sociedade moderna e os estilos de vida e padrões de consumo desiguais permaneceram distantes da problemática ecológica.

Vários autores recentes argumentam que a o esgotamento do regime Fordista e a mudança paradigmática do princípio estruturante e organizador da sociedade, da produção para o consumo. O fenômeno passa a ter novo significado e centralidade na sociedade contemporânea, sendo definida como o modo dominante da vida contemporânea e identificado como o reino das interações sociais e experiências que estruturam as práticas da vida diária (Portilho, 2005).

Essa perspectiva nos elucida aquilo que Marx chama de conceito de fetichismo. A sociedade de consumo vive num mundo de formas fenomenais que podem satisfazer necessidades materiais ou biológicas, mas não podem se conectar com a essência ontológica ou existencial.

De qualquer forma, no Relatório Nosso Futuro Comum (1987), verifica-se um total entusiasmo e confiança no desenvolvimento tecnológico e na expansão do consumo. Considera que qualquer tentativa de mudar os padrões de consumo do Norte poderia prejudicar o progresso, entendido como produção ilimitada de mais mercadorias. Nesse sentido aumentar o consumo e a circulação dos produtos nacionais seria uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento sustentável.

Já a Agenda 21 é esparsa quanto as recomendações sobre como atingir um consumo mais sustentável, abordando apenas aspectos gerais sobre a importância de melhorar a qualidade dos produtos, aumentar a disponibilidade de informações para o consumidor e melhorar os instrumentos econômicos para incorporar os custos ambientais nos preços finais dos produtos, passando a refletir a verdade ecológica.

A saída para o consumismo é apontado pelo discurso hegemônico nas ações individuais conscientes, bem informadas e preocupadas com questões ambientais e que se utilizem do consumo verde.

Dessa forma Portilho (2005, p. 130) afirma que:



“O problema é que as ações individuais motivadas por uma preocupação ética pelo meio ambiente, conforme apregoa a proposta do consumo verde, somente seriam capazes de transformar o impacto do consumo se esses valores fossem difundidos na sociedade. [...] Logo, consumidores individuais com preocupações ambientais que alteraram seus valores e comportamentos poderiam contribuir para melhorias ambientais caso fossem suficientemente numerosos e com grande poder de influência sobre outros consumidores.”

Diante disso verifica-se que a Educação Ambiental ao perceber que os problemas ambientais estão diretamente ligados à esfera do consumo se defronta com desafios imensos, uma vez que mesmo a noção de sustentabilidade passa por uma sociedade, no qual, o consumo ocorra de forma infinita. Além disso, a discussão em torno da temática do consumo tem sido preponderantemente centrada nas ações individuais. A saída para os problemas desse processo é vista pela mudança de comportamento, o que, como já se viu é impossível de ocorrer pela mudança de comportamento de apenas alguns sujeitos.

Algumas Palavras Finais

A Educação Ambiental crítica, como colocada pelos autores, enfrenta cenários adversos. Primeiro como se viu pela crise da política. Segundo pelo padrão de desenvolvimento e sustentabilidade concebido por meio do consumo. Diante desse contexto a Educação Ambiental precisa cada vez mais aperfeiçoar metodologias e o aprofundamento teórico para o desafio de ser política e ao mesmo tempo promotora da nova cidadania.

Referências Bibliográficas

- Brasil (1999). *Lei no 9795 de 27 de abril de 1999 que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental*.
- Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Coordenação de Educação Ambiental. (1998). *A implantação da educação ambiental no Brasil*. Brasília.
- Brasil. Ministério da Educação e do Desporto (1997). *PRONEA; Programa Nacional de Educação Ambiental*. Brasília.
- Brasil. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Média e Tecnológica (1999). *Parâmetros curriculares nacionais: Ensino Médio*. Brasília.



- Dias, G. F. (2000). *Educação Ambiental: princípios e práticas*. 6.ed. São Paulo: Ed. Gaia.
- Furtado, C. (2000). *Formação econômica do Brasil*. 27ª ed. São Paulo: Cia Editora Nacional: Publifolha.
- Généreux, J. (1998). *O horror político. O horror não é econômico*. São Paulo: Bertrand Brasil.
- Guatari, F. (2004). *As três ecologias*. Campinas: Papirus.
- Holanda, S. B. (1995). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras.
- Lima, G. O. (1997). O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável. *Revista Política & Trabalho*, 13, 201-222.
- Lima, G. O. (2003). Discurso da sustentabilidade e suas implicações para a Educação. *Ambiente e Sociedade*, 6(2).
- Lopes, A. (1999). *Pluralismo Cultural e Políticas de Currículo Nacional. Análise Preliminar do tema transversal Pluralismo Cultural nos PCNs*. CD Rom ANPED.
- Molfi, E. M. G. (2000). *Desvelando a História da Educação Ambiental em Sorocaba*. Dissertação de Mestrado – Sorocaba: UNISO.
- Pedrini, A. G. (Org.)(1998). *Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas*. Petrópolis: Vozes.
- Outhwaite, W., & Bottomore, T. (1996). *Dicionário do Pensamento Social do Século XXI*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Portilho, F. (2005). *Sustentabilidade, consumo e cidadania*. São Paulo:Cortez.
- Prado Junior, C. (1996). *Formação do Brasil contemporâneo*. 24ª ed. São Paulo: Brasiliense.
- Reigota, M. (1999). *Verde Cotidiano, o meio ambiente em discussão*. Rio de Janeiro, DP&A.
- Reigota, M. (2001). *O que é Educação Ambiental*. São Paulo: Brasiliense.
- São Paulo. Secretaria do Meio Ambiente. (s/d). *Conceitos para se fazer a Educação Ambiental*. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br>.